



BAK
ajs.

M

ATA NÚMERO SEIS

ATA DA 4.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE MAIO DO ANO DE 2021 -----

----- Ao trigésimo primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal da Maia na sua quarta sessão extraordinária, por videoconferência, através da plataforma zoom, nos termos do disposto na Lei que prevê as medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença Covid-19, concretamente conforme o previsto no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com as sucessivas alterações, conforme edital de catorze de maio de dois mil e vinte e um, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia: -----

1.1. Alteração orçamental modificativa (Revisão Orçamental) aos documentos previsionais de 2021, terceira ao plano plurianual de investimento, terceira ao plano de atividades mais relevantes (PAM), e terceira o orçamento de despesa ---

1.2. Relatório de Execução do Plano de Gestão dos Riscos da Câmara Municipal da Maia – 2020 -----

1.3. Plano de Gestão dos Riscos da Câmara Municipal da Maia – 2021 -----

1.4. Designação de Fiscal Único para a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos dos Porto, S.A. -----

1.5. Plano de Ação para a energia sustentável da maia 2030 -----

1.6. Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas -----

1.7. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo na Maia -----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, deu início aos trabalhos com uma saudação a todos os presentes. De seguida, deu nota dos seguintes pedidos de substituição: o Senhor Deputado Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta foi substituído pela Senhora Deputada Maria de Fátima Silva, o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia do Castelo da Maia, Manuel Moreira Azenha foi substituído pelo membro do Executivo da Junta, Daniel Jorge Coelho Monteiro e o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira e Silva Escura, Ilídio Silva Carneiro foi substituído pelo 2º Vogal, Luís Miguel Ascensão Teixeira. Os documentos



MA
de
A

comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos **um a três.** -----

---- De seguida, entrou-se no **Período da Ordem do Dia.** -----

1.1. Alteração orçamental modificativa (Revisão Orçamental) aos documentos previsionais de 2021, terceira ao plano plurianual de investimento, terceira ao plano de atividades mais relevantes (PAM), e terceira o orçamento de despesa: --

----- Inscreveram-se os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **quatro.** -----

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA, após cumprimentar todos os presentes, Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, deu nota de que a “Coligação Maia em Primeiro” e em relação à alteração orçamental que proposta, a mesma não mereceu grandes reparos por uma razão muito simples, o facto de abdicarem de algum investimento, trezentos e cinquenta mil euros, como tinha acabado de dizer o senhor deputado Alfredo Maia, abdicaram desse investimento, porque naquela altura, por questões derivadas até da pandemia, pensaram e entenderam por bem, que havia que reforçar alguns investimentos, em áreas onde tinha sido notório algum constrangimento, tais como, as áreas dos cemitérios, com todas as questões levantadas acerca disso. E, portanto, disse não merecer grande reparo essa alteração, até porque o investimento que se perdia de um lado, fazia-se no outro, ou seja, reduziram de facto trezentos e cinquenta mil euros numa obra, ao que parecia tão importante para Moreira, mas investiram noutras obras e somente em despesa de capital, ou seja, deixaram de investir num lado e investiram noutra do mesmo setor. Era na mesma investimento, e porque entendiam que as alterações para que se destinavam mereciam toda a atenção, em função disso, iriam votar favoravelmente. -

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, após cumprimentar todos os presentes, dirigiu-se ao Senhor Deputado Alfredo Maia dizendo que a questão colocada não era legítima, só poderia ser alguma demagogia, porque aquilo que estava a acontecer, como tinha dito e bem, era o troço final da Avenida Doutor José Vieira de Carvalho. Estava por fazer há bastantes anos e a Câmara Municipal iria empreender esforços para concluir essa via, que se tinha iniciado ainda era vivo o Doutor Vieira de Carvalho. Só depois de ter falecido é que aquela via ganhou o topónimo dele. Era a câmara presidida já pelo Engenheiro Bragança Fernandes, que



BA
de
M

quis dar àquela Avenida o nome do Doutor José Vieira de Carvalho e por várias razões aquela via não foi concluída. Afirmou que como Presidente da Câmara aquela via iria ser concluída. Mas para ser concluída, era preciso adquirir os terrenos. Explicou que os terrenos eram cinco parcelas, e pelo menos em três delas, não estava a ser possível dialogar com os proprietários. Já tinha sido levada a Reunião de Câmara e o executivo aprovou a declaração de utilidade pública de todas as parcelas e, foram já enviados para os respetivos serviços da Administração Central, para a DGAL, o pedido de Declaração de Utilidade Pública. Informou já ter sido adquirida uma das maiores parcelas, fizeram a escritura e já pagaram essa parcela. A Câmara estava prestes a fazer uma outra escritura. Só depois de terem todas as parcelas adquiridas é que poderiam abrir o concurso público, para fazer essa obra e despenderem das verbas para a conclusão da Via. O que queria dizer é que estavam em junho e até ao final do ano iriam executar toda a verba que estava cabimentada e que os terrenos que estão a ser adquiridos com dificuldades e o senhor deputado que não achasse que aquela obra era mais importante para ele do que para si próprio ou do que para o Executivo, queriam muito que seja feita, tanto queriam que a priorizem e estão a dar passos significativos para o conseguir, e que servirá melhor a Urbanização da Quinta do Mosteiro, servirá melhor o Centro de Saúde, servirá melhor a Junta de Freguesia e têm de ultrapassar os entraves. É isso que estavam a fazer e, portanto, logo que conseguissem tomar posse de todos os terrenos avançariam com a obra e por isso é que deduziram trezentos e cinquenta mil euros, porque não iriam conseguir fazer a obra como pensavam que iam fazer. Em todo caso, estavam a fazer aquilo que nunca tinha sido feito no passado e essa obra era muito importante. O Senhor Presidente referiu ainda que na Nacional 13, na Avenida Conselheiro Luis de Magalhães estavam a fazer uma rotunda, para resolver o congestionamento crónico que existiu ou que existe há imensos anos na antiga Nacional 13, e com essa rotunda iriam retirar os semáforos do cruzamento do Padrão e no cruzamento do Padrão iria só ser permitido viragens à direita, usando a rotunda norte e a rotunda sul, por forma a que o trânsito fluísse. Com a rotunda norte iriam ligar diretamente a quinta do mosteiro a essa organização e criar uma maior acessibilidade quer de entrada quer de saída dessa urbanização e iriam também fazê-lo no lado Nascente, para a Urbanização das Guardieiras, onde existe a nova sede da Banda Regional de Moreira, porque achavam



que essas obras eram importantes para Moreira, para a mobilidade daquela zona, e no fundo para a melhoria da acessibilidade e mobilidade no Concelho da Maia.-----

MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA começou por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara os esclarecimentos prestados, esclarecimentos esses que teriam sido úteis na própria proposta, uma vez que a mesma era omissa em relação às razões pelas quais adia. Referiu ainda que o Grupo Municipal CDU conhecia bem o terreno, os problemas e conhecia concretamente este problema, como conhecia os problemas que são colocados aqui relativamente às outras opções e terminou dizendo que se esta explicação tivesse sido dada, o Senhor Presidente ter-se-ia poupado à maçada de nos chamar demagogos.-----

----- Colocada a votação, foi a" Alteração orçamental modificativa (Revisão Orçamental) aos documentos previsionais de 2021, terceira ao plano plurianual de investimento, terceira ao plano de atividades mais relevantes (PAM), e terceira o orçamento de despesa", **aprovado por maioria** com dois (2) votos contra do BE e uma (1) abstenção da deputada Clara Lemos. -----

1.2. Relatório de Execução do Plano de Gestão dos Riscos da Câmara Municipal da Maia – 2020. -----

----- Inscreveram-se os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

MARIA CLARA COSTA LEMOS após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **cinco**. -----

MARIA DE FÁTIMA SILVA após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **seis**, dando nota que esse documento englobava os pontos 1.2 e 1.3 da Ordem de Trabalhos. -----

MANUEL JOAQUIM MEIRELES após cumprimentar todos os presentes disse que a sua intervenção visava o ponto 1.2 e o ponto 1.3 em simultâneo ou seja, o Relatório de Execução e o Plano de Gestão de Riscos da Câmara Municipal da Maia. Começou por referir que no entendimento da "Coligação Um Novo Começo" os documentos submetidos para aprovação não convenciam, quanto ao seu real objetivo, que era combater a corrupção ficando mesmo a dúvida, se mesmo o Relatório e Plano, não estariam impregnados de vírus que era suposto combater. Questionou o porquê de pedir à Assembleia para aprovar relatórios e planos com tamanha magnitude, sem ter sido dada a oportunidade de opinar, quando a fraqueza corruptiva não estava no órgão deliberativo. Relembrou quão difícil se tornara fiscalizar, pesem as



BA
ds
MA

competências próprias dos membros da Assembleia, nem sempre respeitadas no acesso a documentos administrativos. Os lamentos dos maiatos relevam o excesso de burocracia, dificuldades e arrastamento das resoluções dos problemas, dentro do órgão executivo. Destacou a edificação de imóveis, em que os interessados passam um verdadeiro calvário, para verem os seus projetos aprovados, cuja morosidade ronda largos meses e até anos. Prosseguiu citando a Doutora Maria José Morgado, ilustre magistrada jubilada do Ministério Público, quando em entrevista televisiva recente dizia que é na contratação pública e junto do Poder Local, que mais se nota a corrupção. Continuou dizendo que os pontos em discussão, à luz do que era apresentado, não visavam a perseguição, nem garantiam os legítimos interesses da população maiata, muito menos contribuíam para uma administração aberta, transparente, responsável no combate à corrupção. -----

PEDRO MIGUEL MACHADO MARQUES após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **sete**. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, deu uma nota adicional à intervenção do Senhor Deputado Pedro Marques, que felicitou pelo rigor e pela assertividade da sua abordagem, que dizia ser objetiva, documentada e verdadeira. Deu nota também que a abordagem feita sobre essas questões se fundiam num modelo de permanente processo de melhoria e da certificação dos serviços em termos de qualidade e, portanto, as coisas eram dinâmicas. Informou também a assembleia e todos quantos estavam a ouvir em casa, que há bem pouco tempo, uma entidade não governamental uma *ONG* de âmbito internacional, de designação *Dyntra.org*, numa análise que tinha efetuado a todos os municípios do país, tinha colocado o Município da Maia no quarto lugar dos Municípios mais transparentes. Era uma entidade independente, uma *ONG*, que não tinha vinculação partidária de nenhum tipo e que fez isso de uma forma livre, espontânea e desinteressada e quem quisesse ir consultar esta entidade veria exatamente o relatório e o ranking onde a Maia ficou colocada há poucos meses. ----

RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA, pediu um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, baseado na questão levantada pela Senhora Deputada Fátima Silva, e que ele próprio também gostaria de ser esclarecido, perguntando qual a entidade externa que faz auditoria a processos da qualidade, designadamente a esta questão das recomendações, quanto à questão da corrupção. -----



BA
ds
M

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que tinha respondido às questões que lhe foram colocadas. Sobre a entidade externa que fazia as auditorias, disse não saber qual era, mas que faria chegar ao Senhor Presidente da Assembleia um ofício, para a Assembleia informar os Senhores Deputados. -----

----- Colocada a votação, foi o" Relatório de Execução do Plano de Gestão dos Riscos da Câmara Municipal da Maia – 2020", **aprovado por maioria** com treze (13) votos contra da Coligação "Um Novo Começo" e cinco (5) abstenções, sendo: duas (2) do BE, duas (2) da CDU e da deputada Clara Lemos. -----

1.3. Plano de Gestão dos Riscos da Câmara Municipal da Maia – 2021. -----

----- Inscreveram-se os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **oito**. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, referiu, que relativamente à divisão de assessoria jurídica e de contencioso não estava no Departamento pois ainda não tinha sido objeto de publicação no Diário da República, não tinha por isso o formalismo que era necessário para constar em documentos como aquele que estava a ser apresentado. Quanto à questão dos recursos humanos, dirigiu-se à Senhora Deputada Carla Ribeiro, dizendo que a Câmara tinha um processo, já avançado para o recrutamento de vários serviços, uma panóplia de serviços municipais, de cinquenta elementos, em que grande parte deles eram técnicos superiores da área de informática, da arquitetura, das engenharias, também assistentes técnicos, alguns assistentes operacionais, e o vínculo era o contrato por tempo indeterminado. Disse não terem feito esse procedimento para cumprir as suas determinações, mas fizeram porque acharam acertado fazê-lo. Informou estar em curso há uns meses, estando na fase de provas escritas e orais, para depois se admitirem as pessoas. Essas pessoas não seriam contratadas num modelo de precaridade, mas sim em termos definitivos. Referiu ainda que o que o município desejava era que essas pessoas fossem pessoas competentes e com mérito para ajudarem a desenvolver todas as atividades e as necessidades que o momento atual exigia. -----

----- Colocada a votação, foi o" Plano de Gestão dos Riscos da Câmara Municipal da Maia – 2021", **aprovado por maioria** com treze (13) votos contra da Coligação "Um Novo



Handwritten signatures in blue ink:
1. A large signature, possibly "B...".
2. A signature, possibly "d...".
3. A signature, possibly "M...".

Começo" e cinco (5) abstenções, sendo: duas (2) do BE, duas (2) da CDU e da deputada Clara Lemos. -----

1.4. Designação de Fiscal Único para a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos dos Porto, S.A. -----

----- Inscreveram-se os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **nove**. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, referiu que o senhor deputado Alfredo Maia via em tudo problema. Aquilo que o município fez foi o que todos os outros municípios fizeram, eram seis municípios. A câmara do Porto é a que tem a maioria do capital dos STCP e, portanto, aquilo que foi decidido no Conselho de Administração STCP e na Assembleia Geral foi a indicação do Fiscal Único. Disse também não conhecer o Revisor oficial de Contas, mas o que lhe tinham transmitido, é que era uma entidade credível e responsável. Disse acreditar em quem tinha feito a proposta, tinha sido a Câmara Municipal do Porto todas as outras câmaras municipais, incluindo a de Matosinhos, por exemplo, onde o responsável pelo pelouro da mobilidade era um estimável membro do Partido Comunista Português, um camarada do Senhor Deputado Alfredo Maia, também tinha aprovado aquela entidade para Revisor Oficial de Contas dos STCP. -----

MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA recordou que na discussão que fizeram sobre STCP, também chamaram a atenção para o facto dos municípios, nomeadamente da Maia, terem um peso específico reduzidíssimo, e tanto era assim que o Município do Porto escolheu o Fiscal Único, limitou-se a indicá-lo e os outros municípios assinaram de cruz. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, referiu que o que tinha dado origem àquele modelo tinha sido aprovado pelo governo, não tinha sido aprovado pela Câmara da Maia. Tinha sido aprovado pelo governo e era importante, pois só tinham duas opções, ou entravam ou ficavam de fora. Deu nota de que o que tinha acabado de dizer era que o Município de Matosinhos só tinha maioria com o deputado do PCP ou da CDU. O Município da Maia tinha duas opções, ou "entrava para o autocarro" ou "ficava na paragem à espera". O que foi decidido foi entrar e não ficar de fora porque. Embora não fosse o melhor modelo, o



BAK
MA
ds

melhor modelo que já estava em curso aquando do governo do Primeiro-Ministro Passos Coelho e que foi revertido esse mesmo modelo, com a ajuda também da CDU. ----- Colocada a votação, foi" Designação de Fiscal Único para a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos dos Porto, S.A", **aprovado por maioria** com treze (13) votos contra da Coligação "Um Novo Começo" e cinco (5) abstenções, sendo: duas (2) do BE, duas (2) da CDU e da deputada Clara Lemos. -----

1.5. Plano de Ação para a energia sustentável da maia 2030 -----

----- Inscreveram-se os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

ALBERTO CARLOS PIRES DOS REIS E SANTOS após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **dez**. -----

MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **onze**. -----

FRANCISCO JOSÉ DE MAGALHÃES COUTO E SILVA após cumprimentar todos os presentes, informou que se iria pronunciar sobre os pontos 1.5 e 1.6 e leu o documento identificado com o número **doze**. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, disse vir lembrar várias coisas, entre elas pedir ao Senhor Deputado Alfredo Maia que ajudasse a consolidar coisas que estavam prestes a acontecer num futuro próximo, designadamente a linha de Leixões e a sua transformação, numa linha também de passageiros. Deu nota de que na sexta-feira anterior, sobre sua proposta e da Senhora Presidente da Câmara de Matosinhos, de Valongo e Gondomar apresentaram essa proposta ao Conselho Metropolitano do Porto que a aprovou por unanimidade, no sentido da IP, Infraestruturas de Portugal, realizarem vários estudos que permitissem depois a transformação, da linha de Leixões, numa linha também de passageiros, como outrora o foi e, agora obviamente com outras utilidades e com ligação ao aeroporto Francisco Sá Carneiro. Era uma conquista que estavam prestes a conseguir todos eram poucos para ajudar nesse objetivo. Convidava o Senhor Deputado e todos os Senhores Deputados a juntarem-se a si no sentido de fortalecer esse projeto que era objetivamente justo. Deu nota também, que a linha da do metro da Trofa, ou do ISMAI até à Trofa, e a linha amarela do Hospital S. João à Maia e a sua extensão a Moreira, já estavam feitos e faziam parte do novo plano de expansão da rede de metro do Porto, e portanto aquilo que era preciso era estarem unidos e juntos, para no momento certo, exigirem a quem de direito, o governo ou quem fosse, a sua



realização, uma vez que caberia à Metro do Porto e caberia aos financiamentos públicos centrais, era portanto preciso contemplar os meios financeiros para sua concretização. Disse querer também lembrar a Assembleia Municipal que já conseguiram que a linha da circunvalação de Leixões que serve a Siderurgia Nacional desde a unidade na Maia da Siderurgia e o Porto de Leixões gerido pela APDL. Essa linha, que era uma linha férrea eletrificada, hoje já estava devidamente preparada e fechada, para poder receber esmagadoramente todo o fluxo de materiais que a siderurgia recebe e preparar o produto final, coisa que num passado recente não existia e foi por sua interferência junto da APDL e do Conselho de Administração da APDL, há cerca de dois anos e meio, que numa reunião reivindicou, juntamente com a siderurgia, esse *upgrade* e, portanto, isso foi conseguido e no momento a Siderurgia Nacional podia aumentar brutalmente todo o tráfego de materiais, todo o movimento de materiais quer de matéria-prima quer de produto acabado e deixar de o fazer como vinha fazendo ao longo dos anos, através das rodovias e poluindo o ambiente. Foi uma conquista extremamente louvável e importante. Quanto a questões de eficiência energética, estão a fazê-lo em toda a habitação social, basta olhar para a função que estão a fazer por exemplo na urbanização do Sobreiro que recentemente designaram por "Jardins do Sobreiro", para dar um uma visão mais acertada e em consonância com a realidade visual, portanto todas as habitações sociais, quer essa do Sobreiro, quer todas as que já foram objeto dessa transformação em termos de eficiência energética. A frota do município também foi toda convertida, esmagadoramente em frota elétrica, adquiriram contra a vontade de alguns, fizeram essa mutação e estavam no processo final, já adjudicaram, a câmara já aprovou a adjudicação da melhor proposta, através de um concurso público que fizeram em que transformaram tudo o que era possível transformar em frota elétrica. Aderiram ao Porto Solar Metropolitano, um projeto que abraçaram com a Agência de Energia do Porto e irão transformar imensos edifícios, os mais gastadores ou consumidores de energia, em edifícios e em equipamentos mais amigáveis em termos de consumo energético. Lembrou que com aquele plano vão atingir uma redução de sessenta por cento face às emissões de 2008 quando estariam obrigados somente a uma redução de 45 por cento. Todas as piscinas e todos os equipamentos de maiores consumos já foram objeto de colocação de painéis fotovoltaicos, muito recentemente as piscinas de Gueifães, as piscinas de Folgosa, e agora entraram em obra as piscinas de Águas



Santas, que eram as maiores das três todas elas estariam a ser dotadas de painéis fotovoltaicos para reduzir drasticamente o consumo energético, e iriam aprovar brevemente um concurso público criando uma *ESE* em que irão substituir, para além das que já substituíram e que são quarenta por cento da totalidade das luminárias em LED irão ser feitos os sessenta por cento que faltam e com essa intervenção, criar também um conjunto de habilidades tecnológicas à custa dessa mutação e da iluminação pública. Referiu que iriam também evoluir fortemente para esse tipo de oferta tecnológica que é necessária, designadamente em termos de digitalização do território. Estava em fase final de elaboração o projeto e execução da nova Sede da Polícia Municipal, iriam instalar na Rua Duarte Pacheco os serviços da polícia Municipal centrais, que estavam no momento colocados nos Paços do Concelho, seria um projeto pioneiro e inovador de *Passive House* em que toda a lógica do projeto teria por base a sustentabilidade integral do edifício. Para além do que o deputado Alberto Santos tinha referido, disse também felicitar pela sua intervenção, em que deu nota de outros projetos que estavam a fazer no centro da cidade e depois iriam expandir para as restantes zonas do concelho, da descarbonização e do balanço zero último objetivo das políticas amigáveis e de sustentabilidade. Quanto à intervenção do senhor deputado Couto Silva, referiu que não acrescentou nada, lembrou que durante esses cinco meses que referiu, não tinha culpa da espera, foi uma gestão feita pela Assembleia, mas durante esses cinco meses o senhor Deputado não teve oportunidade de apresentar uma sugestão que fosse, nem durante cinco meses, nem naquele dia, aquilo que disse, espremido, era rigorosamente nada. -----

RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA pediu um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, dizendo que deu nota de um conjunto de transformações que estavam a ser pensadas e vão ser empreendidas, o que era louvável tendo em conta aquilo que eram as obrigações assumidas. Os objetivos do desenvolvimento Sustentável 2030, mas perguntava, sendo a Maia um concelho com bastante indústria e sendo uma indústria pesadíssima em termos de poluição, o que é que nesse processo da poluição estava pensado, trabalhado, discutido, relativamente à Siderurgia Nacional. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, disse que como todos sabiam a Siderurgia Nacional existia na Maia antes do 25 de Abril, se tivesse que decidir sobre isso não decidia pela sua instalação, aliás, podia dizer



que não autorizou por exemplo a colocação de painéis fotovoltaicos na zona da Folgosa e de São Pedro fins, e pela criação e instalação de parques fotovoltaicos, destruindo a floresta de largos hectares. Esses projetos estavam aprovados pela APA pela Direção Geral de Energia e Geologia, com pareceres favoráveis da CCDR-N, e só faltava a Câmara Municipal em termos urbanísticos aprovar, uma vez que às câmaras municipais só cabia a aprovação em termos urbanísticos e que ele e os serviços técnicos da câmara entenderam que não seria correto aceitarem esses parques e a conversão de largos hectares de floresta; embora não fosse a melhor floresta, uma vez que era de eucaliptos e pinheiros, embora fosse uma floresta desclassificada e descaracterizada, no entanto, também nesse novo quadro comunitário, com o mecanismo da bazuca, havia verbas consideráveis para a requalificação da floresta.. Já apresentaram uma candidatura para requalificar e para potenciar esse objetivo. Continuou dizendo que seriam cerca de 7 mil milhões que estariam disponíveis nos próximos anos para esse objetivo da Floresta. Queriam fazer isso na floresta que detêm e queriam também potenciar o mesmo na floresta privada do município, por forma a que ela seja preservada e requalificada, em termos de espécies arbóreas e, portanto, não aprovaram esse projeto. Afirmou terem muito rigor naquilo que aprovavam a todos os níveis, nível estético, de uso, não queriam qualquer tipo de indústria, eram muito seletivos, muito rigorosos .A siderurgia era uma grande empresa com a qual tinham que conviver, estava aprovada há muitos anos; nos últimos anos a siderurgia privada era muito melhor do que a pública, a pública poluía muito mais do que a siderurgia privada. De qualquer modo não cabia a nenhuma Câmara Municipal fazer essa monotorização, isso cabia às entidades públicas centrais. O senhor Deputado podia perguntar ao Presidente da Câmara, mas referia não ter competências nessa matéria. Teria que perguntar ao Ministro da Economia, ao Ministro do Ambiente, às entidades governamentais e que dependem da administração Central e à CCDR-N, que era um serviço desconcentrado ou descentralizado da administração Central. Refere que a pergunta do Senhor Deputado pode fazer parte da sua força de reivindicar, de querer mais e melhor, mas não poderia perguntar ali, pois não tinha meios legais para intervir a esse nível, estava na lei e era a própria lei que o definia. -----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

---- Colocada a votação, foi o "Plano de Ação para a energia sustentável da maia 2030", **aprovado por maioria** com quatro (4) abstenções, sendo duas (2) do BE e duas (2) da CDU.-----

1.6. Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas -----

----- Inscreveram-se os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **treze**. -----

HELDER TIAGO FERREIRA QUINTAS DE OLIVEIRA após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **catorze**. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, usou da palavra felicitando o senhor deputado Hélder Quintas, pela intervenção que tinha acabado de proferir, uma intervenção muito concisa, escorreita e inteligente. Referiu que o jeito de respostas ao senhor deputado Alfredo Maia, referiu que cada uma das sessenta e duas medidas que estavam ali preconizadas vinha acompanhada de uma respetiva linha de financiamento. Essa linha de financiamento só poderia, e só deveria acontecer, quando esses avisos fossem lançados e quando, a Câmara, com esse plano aprovado aprovasse as respetivas candidaturas. Depois, quanto às questões sobre relativas às perdas de água, informou a Assembleia de que os serviços municipalizados, com o projeto que está em implementação em termos de eficiência hídrica, já se conseguiu reduzir as perdas de água em treze por cento, até ao momento atual e esperavam que nos próximos um ou dois anos se conseguisse ainda reduzir mais. Deu nota de estarem a ser feitos investimentos muito fortes em termos da tela e betão e da substituição de algumas condutas adutoras. Algumas redes que tinham já muitos anos, décadas, estavam a fazer toda essa mutação, essa transformação das infraestruturas. Referiu que acabaram de instalar uma conduta nova, desde os reservatórios de Nogueira até aos reservatórios de Moreira ao longo da antiga Nacional 107 e ao longo da Via Adelino Amaro da Costa e irão também fazer o repavimento de todas as plataformas viárias com pavimento betuminoso. Disse faltar pintar essa via. Referiu estarem a fazer em muitos outros locais, ao mesmo tempo, instalar nos locais estratégicos, com acessórios ou torneiras que permitissem a telegestão, fazer toda a gestão da rede à distância, que é uma coisa única e estão a fazer neste momento, exclusivamente com capitais próprios, uma vez que as candidaturas que dispunham até hoje, em termos de Norte 2020, não aceitavam o



BE
ds
MP

ciclo da água e portanto esperavam que o próximo quadro comunitário de apoio 2030 apoiasse esse tipo de candidaturas, que era justo, e referiu ter tido a oportunidade de dizer isso mesmo ao presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, Professor António Cunha, que na formatação do novo quadro deviam contemplar e outros colegas de outras câmaras deviam preconizar esse tipo de candidaturas. Também e ainda sobre esse tema e sobre a questão da terra trabalhada, porque era um modelo interessantíssimo, mesmo em termos de ambiente urbano, a terra trabalhada fazia parte do ambiente Urbano qualificado e estavam a desenvolver um projeto na zona do Parque Milénio, onde estavam a querer projetar um *Living Lab* agro florestal, numa área expressiva, fazer uma espécie do Buçaco na Maia. Um parque florestal e agroflorestal altamente qualificado e que permitisse a todas as famílias e a toda a comunidade usufruir desse espaço, intervindo mesmo em termos de uso nas atividades agrícolas dessa área. Também aproveitando esse tema, informou em primeira mão a Assembleia que naquele dia e em nome do município da Maia tinha assinado, com os outros colegas das câmaras de Matosinhos, de Valongo, e Santo Tirso, a escritura de Constituição da Associação de Municípios do Corredor Verde do Rio Leça e fizeram a primeira reunião, fizeram a escritura de Constituição, assinaram as atas de Constituição dos órgãos do Conselho executivo, da assembleia-geral, do conselho fiscal, e fizeram a primeira reunião da comissão executiva e era importante levar a cabo em poucos anos o corredor Verde do Rio Leça isto é um parque Verde desde a Foz em Leixões até á nascente no Monte Córdova. Referiu estarem a preparar os projetos para candidatura aos Fundos comunitários para fazer este projeto. Disse ter ido a Coimbra juntamente com outros colegas, de outros municípios, onde foi assinado o acordo ou protocolo de acordo que nos disponibilizou cerca de quatro milhões para a primeira intervenção no leito do rio Leça e essa intervenção iria ocorrer dentro de alguns meses. -----

----- Colocada a votação, foi o "Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas", **aprovado por maioria** com quatro (4) abstenções, sendo duas (2) do BE e duas (2) da CDU.-----

1.7. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo na Maia -----

----- Inscreveram-se os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

MARIA CLARA LEMOS após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **quinze**. -----



JOSÉ PAULO RODRIGUES CERQUEIRA depois de cumprimentar todos os presentes disse que aquele plano estratégico de desenvolvimento do Turismo da Maia, tinha o mérito de acordar a cidade para a incontrolável valência da economia nacional. Disse ser mais uma iniciativa daquele executivo, que refletia a dinâmica com que iria desenvolver o seu trabalho na Câmara, que se pretendia dinâmica e também que pretendia contagiar os demais agentes económicos e a população das melhores empresas, coletividades. Enquanto grupo da Assembleia, não defendiam nem se identificavam muito com um peso de vinte por cento, que as receitas de turismo tinham no PIB nacional. Achavam que o modelo económico dessa repartição por setor primário, secundário e terciário que existia na Maia, refletisse um pouco mais no seu todo aquilo que se passava na Maia talvez fosse um pouco mais equilibrado e não tivesse tão dependente de fatores externos, como está com este vinte por cento das receitas turísticas. Referiu achar que estavam muito expostos a fatores externos, não controlados, e prova disso era o que estavam a sofrer com a pandemia, porque não tiveram tempo para se ajustar, estavam muito dependentes de tanto turismo. Não queria dizer que não deviam investir no turismo no concelho, porque a Maia não era um conselho com tradições turísticas, nomeadamente quando se comparava com os demais concelhos da área metropolitana, mais os que estão no litoral, não era com esses que iriam concorrer, mas por ironia, era à Maia que chegava a maior parte dos turistas. Desde o início do século, que aumentou o fluxo do turismo no norte do país mas só chegavam à Maia e voltavam à Maia para apanhar o avião de volta para as suas terras. Referiu que aquele plano tinha a coragem de querer inverter um pouco isso e também dizer a essas pessoas que a Maia tem muito para mostrar, que muito havia para fazer. Achava que o plano estava globalmente muito bem feito, era realista e no seu desenvolvimento teve a coragem de chamar todos os grupos interessados, as coletividades, as Juntas de Freguesia, as associações hoteleiras e outras instituições, houve o cuidado de os ouvir, de plasmar as suas opiniões, que lhe pareciam muito válidas. Deu nota de que a elaboração de plano visitou todas as dez freguesias da Maia, identificou potenciais pontos de interesse turístico, e também as suas fragilidades, fez uma análise swot que parecia consistente. Disse não concordar muito com a colega Clara Lemos, pois achava que em todo o plano havia uma citação, seja ela direta ou não ao ecoturismo e permitindo-se discordar, quando se falava do Corredor do Rio Leça, dos parques, de tudo o resto, o resultado, o que estava



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and the initials 'MA'.

subjacente, era uma mais-valia do concelho e o investimento que estavam a fazer, no corredor do Rio Leça demonstrava que de facto, esse era um desiderato daquele executivo. Continuou falando do modelo, achando que estabelecia também um sistema de monitorização do próprio plano em si, uma vez implementado, havia um conjunto de indicadores cuja análise pretendia avaliar, para de facto ver o plano a mostrar resultados. Faltaria eventualmente um pouco de compromissos, ou seja, cronologicamente, existirem dados para mensurar o que é que o plano não iria trazer. Prever que daí a dois anos irão ter mais x por cento de visitas, terão mais x por cento de receitas turísticas no Concelho. Disse gostar de ver as coisas mensuradas, porque queria compromisso. Referiu também, que aquele era o primeiro plano e seguramente que haveria aqui um *fine-tuning* posterior, porque assim teria que ser, e era preciso começar por algum lado, que seguramente ia contemplar esse compromisso que os cidadãos gostavam sempre de ver, para depois exigir do executivo. O papel dos cidadãos era fiscalizarem também o trabalho do executivo. Terminou dizendo que felicitava a Câmara Municipal por mais essa iniciativa, por fazer algo que começava a ser também um bocado o timbre daquela câmara, que era fazer algo que nunca se tinha feito. Achava que era muito fácil agir numa câmara Municipal quase em gestão corrente, mas aquela Câmara tinha tido a coragem de fazer coisas que nunca se fizeram e isso era de facto o que marcava a diferença. Felicitava o Senhor Presidente da câmara e os membros do Executivo, dizendo que aquela aposta era importante para o município e permitia-se até, a sugestão de divulgar aquele plano, se não pelo detalhe, porque ele é bastante técnico também, uma pequena súpula, que a fizessem chegar aos cidadãos, pois era muito abrangentes e poderia mudar a vida de muita gente. Um desempregado, podia ter uma ideia à boleia daquele plano, podia mudar a sua vida ou uma pessoa que viu determinada atividade turística desenvolver-se no sul do país podia replicá-la na Maia só por ler aquilo. Ao contrário de outros, achava que a Câmara Municipal tinha não só o direito de divulgar o que se fazia na cidade, mas também tinha esse dever, tanto que as publicações deviam existir, deviam chegar aos cidadãos, para os cidadãos saberem o que se estava a fazer na cidade, e lendo e sabendo o que se está a fazer também ficarem alerta, porventura, para aquilo que não se está a fazer e a partir daí poder-se-iam tornar cidadãos mais interventivos. -----



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and two smaller ones below it.

OLGA CRISTINA RODRIGUES DE VEIGA FREIRE disse não poder deixar de prestar um esclarecimento à Senhora Deputada Clara Lemos, quando, recorrentemente fala do Zoo. Referiu dizendo que a Senhora Deputada Clara Lemos, que se utilizam os animais para fins que ela entendia não serem os mais adequados. Esclareceu a Assembleia, porque certamente muita gente estava a ouvir em casa, que enquanto gestora e diretora última do Jardim Zoológico, que os animais não eram utilizados para outros fins que não fossem informar, educar e ensinar as crianças e os visitantes que tinham a honra de receber, sobre o que os animais têm nos seus *habitats* naturais e partilhar com quem visita, as melhores práticas. Disse ainda que há muito pouco tempo, há cerca de um mês, tiveram o privilégio de poder receber de uma grande Associação, com sede na Holanda, que se dedicava à recolha de animais maltratados, um casal de leões, portanto, disse não aceitar, daí estar a esclarecer a Senhora Deputada Clara Lemos e quem estava a ouvir, que o Jardim Zoológico da Maia, estava a cumprir todos os critérios, de tal forma que tinha o prazer e o gosto de poder ser contemplado em receber animais de entidades altamente cotadas. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, disse, que gostou imenso da intervenção do senhor Deputado Paulo Cerqueira, porque tinha sido uma abordagem muito acertada, de quem tinha lido o documento, que na sua globalidade retirou o que devia ser retirado. Sobre a intervenção da Senhora Deputada Clara Lemos, sobre o alojamento rural, convidava a senhora deputada a empreender o alojamento rural, porque o alojamento rural não era feito pela câmara, não estava à espera que a câmara municipal promovesse alojamentos desse tipo. Disse que se a Senhora Deputada achava que havia falta de alojamento rural, convidou-a a levar a cabo um projeto desse tipo. Disse também, dirigindo-se à senhora Deputada, que muitas das vezes os financiamentos ou as ajudas que existiam por parte do Ministério do Turismo, iam para geografias que não eram as da Maia, iam para Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Vieira do Minho, e bem. Deu nota de que na intervenção do Senhor Deputado Paulo Cerqueira, que era aquele executivo, aquela esta Câmara Municipal, que apresentava aquele plano estratégico do Turismo na Maia, fazendo-o pela primeira vez, porque entendeu que o turismo devia ser colocado no seu sítio, também na Maia, e não olhar para a questão do Turismo e dizer que a Maia não é um conselho turístico. Têm que se procurar nichos onde se possa desenvolver essa componente de atividade económica. Disse não ser naturalmente



um concelho turístico, mas o turismo hoje tinham múltiplas vertentes e abordagens e, portanto, tinham que procurar e potenciar essas abordagens. Aquele plano estratégico de desenvolvimento do Turismo na Maia era um passo de gigante nesse sentido, pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia autorização para o Senhor Vereador Paulo Ramalho, que era o responsável pela atividade económica e pelo Turismo do executivo, se também poderia contribuir com uma curta intervenção.

MARIA CLARA LEMOS pediu para esclarecer, que quando disse que não existia alojamento rural, fazia parte do conhecimento que deviam ter, para fazer uma análise *swot*. Uma análise *swot* que como todos sabiam, era feita de pontos fracos e pontos fortes, oportunidades, ameaças, e quando fez a caracterização dos alojamentos turísticos na Maia, tinha sido nesse sentido, não no sentido de dizer que seria a câmara a construir alojamento rural. -----

O Senhor Vereador PAULO RAMALHO, depois de cumprimentar todos os presentes, agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara a possibilidade de dar um pequeno contributo sobre aquilo que foi o caminho que fizeram com aquele Plano Estratégico. Deu nota de que convém dizer que, início do mandato, quando o Senhor Presidente da Câmara tinha solicitado que o turismo fosse integrado na economia, foi no sentido de entender que o turismo era de facto no país uma atividade económica importante e que para além de ter capacidade de naturalmente fazer a promoção do território, quer no país, quer fora do país, tinha também essa ambição de acrescentar valor ao território e particularmente a toda a fileira do Turismo e todos os fatores económicos, que direta ou indiretamente a elas estavam ligados e ter sido esse o caminho que a Câmara procurou fazer. Deu nota de que aquele plano, não era um plano fechado, era um plano dinâmico e que tinha que ser adaptado à medida das circunstâncias e particularmente dos tempos, por exemplo, quando começaram a trabalhar nesse plano, antes da pandemia, ele obviamente não tinha em consideração um conjunto de realidades que tanto se vieram a justificar importantes. Era muito natural, que dali a dois ou três anos, quem estiver na câmara, tenha naturalmente que dar mais contributos para que aquele plano possa seguir de forma estratégica e acompanhar a realidade dos tempos em que se situa. Segunda nota que lhe parecia também importante, o deputado Paulo Cerqueira de facto tinha feito uma leitura muito interessante e muito correta, do que foi o documento apresentado, aliás, documento que já tinha sido aprovado por unanimidade na reunião de câmara e, portanto,



percebem que ele colhia a unanimidade de uma estratégia assumida. Disse que aquele era um plano que não tinha sido construído apenas com as ideias da equipa da Câmara Municipal. Era um plano que assentava essencialmente na auscultação e participação de todos os atores do território. E quando se falava da fileira do Turismo, que tinham falado na restauração, falaram na hotelaria, falaram no alojamento local, nas agências de viagem, nas agências de animação turística, que existiam bastantes na Maia, mas que não trabalhavam para a Maia, trabalhavam fora da Maia e iriam ter agora a oportunidade de trabalhar na Maia, porque descobriram com aquele plano, um conjunto de ativos que o território tinha, e que ninguém se lembrava que existiam. Disse que ouviram também as coletividades, várias organizações da sociedade civil, as associações representativas das mais diversas localidades, e muito mais importante, ouviram todos os senhores presidentes de junta. Ouviram também as associações patronais, o ISMAE, ouviram imensa gente, ou seja, estavam a falar de um plano que continha um diagnóstico o mais alargado possível e que englobava um conjunto de propostas, que saíam acima de tudo daquilo que era a visão e as necessidades da Fileira do Turismo, que existia da Maia e tinha valor. Disse também que quando olhavam para a Maia tinham sempre a sensação de dizer que a Maia era um território que tinha um enorme potencial económico, por ter um tecido empresarial enorme, era um território fortemente reconhecido pelo desporto, pela educação, pelo ambiente e raramente falavam na atratividade turística daquele território. O que à medida que foram construindo esse plano chegaram à conclusão que de facto tinham de potencializar, que devidamente alinhados numa estratégia bem cozinhada, poderia acrescentar muito valor ao território e à economia local. Referiu também que ao contrário do que pensavam, o nosso território era também um território rural. Alguém disse que aquele território era uma espécie de mundo rural à porta da cidade e não queriam ter uma estratégia só para a Maia, era uma estratégia que englobada na estratégia da região, daí que construíram aquele plano também ouvindo e trabalhando diretamente com a Entidade Regional Porto e Norte de Portugal. O que significava que o importante era assumirem aquele plano como um plano que não era de ninguém, era um plano do município e que estava sempre pronto a receber contributos positivos. Referiu ainda que o aeroporto poderá ser também para todos uma grande oportunidade O turismo não se fazia apenas de visitas a monumentos, nem a museus. Fazia-se também de experiências, e a



experiência da ruralidade, e a experiência dos parques urbanos , a experiência da Gastronomia e tinham excelente gastronomia. Não esquecia que que um dos projetos de mais valor no plano turismo era o projeto "Saberes e Sabores da Maia", que ligava claramente o que é produção agrícola de qualidade à produção de produtos alimentares da Maia e gastronomia. Estavam ali alguns presidentes de junta, por exemplo de freguesias onde passava o Caminho de Santiago, e há cinco anos atrás quase ninguém falava nos Caminhos de Santiago na Maia. Desde que começaram a trabalhar no plano estratégico do Turismo, muitas linhas já tinham sido escritas nos últimos três anos sobre a Maia e os Caminhos de Santiago, de facto quando as coisas eram feitas com cabeça, tronco e membros e com estrutura quase sempre era igual a sucesso. -----

----- Colocada a votação, foi o" Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo na Maia", **aprovado por maioria** com um (1) voto contra da deputada Clara Lemos e com quatro (4) abstenções, sendo duas (2) do BE e duas (2) da CDU. -----

RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA referiu a deficiente gestão do tempo do Presidente da Assembleia no decurso dos trabalhos. Disse não pugnar pela equidade da gestão do tempo. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

E sendo vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e um foi dada por encerrada a sessão, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa: Presidente da Mesa, António Gonçalves Bragança Fernandes, pela 1.ª Secretária, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, e pela 2.ª Secretária, Susana Filipa Coelho Rafael. -----

O Presidente:

A 1.ª Secretária:

A 2.ª Secretária:

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

De: csapimenta@gmail.com
Enviado: 27 de maio de 2021 12:09
Para: Presidente Assembleia Municipal da Maia
Cc: Conceição Gomes
Assunto: 4ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Maia
Importância: Alta



Muito bom dia Caro Sr. Eng.º Bragança Fernandes.

Espero que esta mensagem o vá encontrar de boa saúde.

Dado que na próxima segunda-feira, dia 31/5/2021 irei estar ausente, não tenho condições para participar na próxima sessão em título. Por isso solicito e agradeço que, por favor, acione a minha substituição.

Entretanto aproveito para informar que tomei a liberdade de avisar a minha Camarada Maria de Fátima Silva da minha ausência e em consequência que irá receber uma convocatória para a citada sessão.

Apresento os meus cumprimentos.

Cristóvão Sá Pimenta
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda





Freguesia de Castelo da Maia

Concelho da Maia

Exmo. Sr. Engº António Gonçalves Bragança Fernandes
Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Praça Dr. José Vieira de Carvalho
4470-202 MAIA

Doc. 2

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		31/2021	26/05/2021

Assunto: Substituição de presença na Assembleia Municipal

Eu, Manuel Moreira Azenha, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo da Maia, deputado Municipal por inerência, ao abrigo da Lei Regimental dessa Assembleia, venho pelo presente dar conhecimento a V.Exª da minha indisponibilidade, para estar presente na 4ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal a realizar a 31 de maio de 2021, às 21h30m por vídeo-conferência em plataforma ZOOM.

Face ao exposto, delego a minha presença no membro do Executivo da Freguesia de Castelo da Maia, Dr. Daniel Jorge Coelho Monteiro.

Com os melhores cumprimentos,



Presidente da Assembleia Municipal da Maia

De: Geral <geral@jfcastelodamaia.pt>
Enviado: 28 de maio de 2021 14:40
Para: 'Assembleia Lurdes'; 'Sandra Martins'; presidente.assembleia@cm-maia.pt
Assunto: Substituição de presença na Assembleia Municipal
Anexos: DOC591.pdf

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Por impedimento da sua presença na Assembleia Municipal, 4ª Sessão extraordinária, a realizar no dia 31/05/2021, o Presidente desta Junta de Freguesia, far-se-á representar pelo membro do Executivo desta Junta, Dr. Daniel Jorge Coelho Monteiro.

Mais informámos que até à presente data não recebemos o respetivo edital.

Sem mais, apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

Liliana Pereira
Junta de Freguesia de Castelo da Maia
Tel: 229 823 315 | 938 580 565
Rua Padre Domingos da Silva, 40
Gemunde Castelo da Maia
4475-124 MAIA



Freguesia de
Nogueira e Silva Escura

Concelho da Maia

doc. 3

ILUSTRE PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DA MAIA
ENGº ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA
FERNANDES
PRAÇA PROF. DR. JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO
4470-202 MAIA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		2021/78	31/05/2021

Assunto: 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021

Venho pelo presente informar que em substituição da minha presença na 4ª Sessão Extraordinária a realizar hoje, dia 31/05/2021, serei representado pelo 2º Vogal, Luis Miguel Ascensão Teixeira deste Executivo.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

ILÍDIO SILVA CARNEIRO

4.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Maia – 31 de Maio de 2021

Pto. 1.1. Alteração orçamental modificativa

DECLARAÇÃO DA CDU

Na proposta de revisão às Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano em curso, vem o Executivo justificar que ela se deve fundamentalmente pela necessidade de criação de dois novos projectos e de alterar as dotações iniciais ou actuais de despesa de alguns projectos, bem como de proceder ao ajustamento da sua plurianualidade.

No âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, lê-se com perplexidade que se pretende, citamos, um “reforço da despesa” do projecto 2011/I/13 – arruamento de ligação da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho à Rua da Cruz das Guardieiras e à Rua do Santo Lenho, com diminuição da dotação no exercício de 2021 e o aumento nos exercícios seguintes.

De acordo com o mapa que integra a proposta, trata-se de, no ano em curso, reduzir em 350 mil euros a dotação prevista de meio milhão de euros, para 150 mil euros (dotação corrigida) e proceder a um aumento em exercícios futuros.

A primeira razão da perplexidade tem a ver com os valores realmente em causa.

De facto, o Plano Plurianual de Investimentos para 2021 (págs. 22) têm como dotação definida são 921 mil euros neste ano e 750 mil no próximo exercício, num total de 1 687 059 euros.

A segunda razão tem a ver com o valor total que resulta da revisão, com uma implícita reformulação das verbas – no exercício presente e futuros - para este projecto.

De facto, ao prever 150 mil euros no ano em curso, 681 800 no próximo ano e 500 mil em 2023, significa que o investimento previsto será de 1 331 800 euros, ou seja, menos 355 259 euros do que estava previsto ainda há cerca de seis meses.

Senhor Presidente da Câmara,

- O que explica que de uma dotação aprovada por esta Assembleia em Dezembro com financiamento definido de 921 mil euros nos surja hoje como tendo uma “dotação actual” de 500 mil?

- O que explica que o valor total do projecto seja reduzido em mais de 355 mil euros?

Na proposta, vem ainda “justificado” que a alteração em vista ocorre – citamos – “em resultado da necessidade identificada pelos serviços municipais desconhecida à data da elaboração do orçamento inicial”.

Ora, senhor Presidente, que necessidade é esta tão imperiosa que leva a subtrair tamanha soma a uma obra tão importante?





O que explica que se adie uma obra prevista há dez anos nas GOP e no Orçamento do Município e cuja execução tanta falta faz à mobilidade das populações de Moreira e de Vila Nova da Telha, especialmente em termos de acessibilidade ao Centro de Saúde e à Junta de Freguesia?

Disse.

Assembleia Municipal da Maia

Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos da Câmara Municipal da Maia

Da análise deste documento saliento três riscos vermelhos, preocupantes e que transitaram para o ano de 2021, sendo:

Desenvolvimento social - Inexistência/insuficiência de respostas sociais ajustadas às necessidades/solicitações dos munícipes que se encontram em situação de vulnerabilidade em tempo útil.

Observações -“Decorrente da não implementação da ação 03/2018 prevista no Relatório de Execução do Plano de Gestão dos Riscos da Divisão de Desenvolvimento Social – 2019”

Unidade de proteção florestal

Escassez de recursos humanos para dar cumprimento célere às atividades desenvolvidas na unidade de proteção florestal.

O impacto das alterações climáticas e o agravamento das condições meteorológicas são fatores favoráveis à ocorrência de incêndios, pelo que, este risco deve ser minimizado através de todas as competências.

Departamento de finanças e património

- Informação financeira deficitária ao nível da contabilidade analítica sobre os custos das atividades no suporte das tomadas de decisão.

A contabilidade de custos é um instrumento importante na avaliação e controlo da gestão autárquica.

Este risco está registado como enfâse na Certificação Legal de Contas.

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia quais as ações que se encontram a decorrer com vista à supressão ou mitigação destes riscos?

Maia, 31 de Maio de 2021

Maria Clara Costa Lemos

Deputada Independente



Doc. 6

Relatório de Execução do Plano de Gestão dos Riscos 2020
Plano de Gestão de Riscos 2021
Pontos 1.2 e 1.3 da O.T.

A Gestão do Risco é uma atividade antiga das organizações. Quanto maior a complexidade das suas interações com a Sociedade em geral, mais pormenorizada e profunda terá de ser a identificação dos riscos e as suas conexões no ambiente organizacional interno e também com toda a envolvente. Todo o diagnóstico conducente à elaboração de uma matriz organizacional do risco não pode, melhor, não deve esquecer o elemento humano como agente crítico da gestão do risco.

No nosso entender, não se torna necessária a intervenção/recomendação de entidades supra organizacionais para aconselhar sobre os caminhos a seguir. Antes dessas orientações, já as organizações têm, por antecipação, de criar as suas metodologias de avaliação do risco para atempadas intervenções perante situações de crise organizacional.

Seria útil, para uma melhor análise e conclusão sobre a bondade da metodologia adotada, que fossem explicitados os diagnósticos e as medidas a implementar que consubstanciam as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Em concreto, sobre o Relatório de Execução de 2020, a páginas 11 está escrito que, e citamos: “... o Município da Maia mantém a prática habitual de sujeitar o mesmo a uma avaliação independente com vista a aferir sobre o grau de execução do Plano de Gestão dos Riscos”. Do que lemos, e porque nos ficaram dúvidas, perguntamos: quem foi a entidade avaliadora? Externa, com certeza assim se espera.

Uma nota final: a avaliação do risco e a sua consequente gestão não pode escapar à análise fina e total da forma como o elemento humano, externo à própria organização, a influencia e é potencialmente um agente criador e fomentador, mesmo involuntário, de situações de risco organizacional. O Município da Maia tem também de introduzir esta variável no seu modelo de análise de gestão do risco.

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia

Ex.mas Sras. Secretárias

Ex-mos Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores

Ex.mos Srs. Deputados

Estimados Maiatos.



O relatório relativo ao plano de Gestão de Riscos da Câmara da Maia relativo ao ano 2020 e o Plano para o ano de 2021 que hoje nos são apresentados para aprovação vêm cumprir um desiderato legal para dar cumprimento às recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção que impôs às entidades gestoras de dinheiros públicos a elaboração, aprovação e cumprimento de tal Plano.

Ora, embora a aprovação do Plano para 2021 seja importante, é mais importante e significativo avaliar e dar o aval ao que foi feito em 2020, até tendo em atenção a pandemia que ainda vamos vivendo e a correspondente mitigação dos riscos, os quais poderiam levar a algum desleixo, nomeadamente por algumas facilidades que foram criadas e que permitiram ultrapassar alguns limites legais com o estado de emergência e estado de calamidade e que sem os mesmos estavam vedados.

Mais, durante grande parte do ano de 2020 os serviços camarários foram realizados à distância e levaram a que os funcionários da edilidade e os seus dirigentes fizessem um esforço extra para cumprir todas as regras e limites.

Assim, pelo que podemos analisar do relatório que nos é apresentado, o qual foi objecto de avaliação por uma entidade ou por entidades externas ao município, mais do que os números apresentados, a conclusão a que chegamos é que apesar da pandemia os resultados globais da gestão dos riscos organizacionais é excelente, sendo que tivemos uma taxa de execução de 75% das medidas propostas, sendo que destas, 95% foram consideradas eficazes na resolução dos problemas detectados.

Deste modo, também de acordo com a avaliação independente realizada, o Município da Maia e os seus órgãos dirigentes têm vindo a ser colaborantes com a mitigação dos riscos de gestão, nomeadamente

aqueles que possam conduzir a uma prevenção eficaz de casos de corrupção, consolidando estratégias para o seu combate, identificando-os e indo também de encontro à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção que estabeleceu as metas para a prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas no âmbito das medidas de resposta ao surto pandémico da COVID 19.



E para podermos concretizar estas conclusões podemos dizer que a Comarca da Maia não esteve na origem de qualquer comunicação judicial relativo a qualquer caso de crime decorrente da actividade de gestão da coisa pública, sendo que na Região Norte existiram 293 reportes de comunicações judiciais, que correspondem a 39,7% do total nacional, dados estes publicados pelo Conselho de Prevenção da Corrupção.

Assim, podemos concluir, atento o relatório que nos é apresentado e os números do Conselho de Prevenção da Corrupção, que o Município da Maia, não sendo perfeito, está bastante perto desse desiderato e a Coligação Maia em Primeiro regozija-se com tais resultados e por tal facto irá votar favoravelmente o presente relatório.

A Coligação Maia em Primeiro e por economia de tempo e não de importância aprovará também, votando favoravelmente, o Plano para 2021 que a seguir se discutirá, o qual está e nos é proposto nos exactos termos do que levou ao relatório do que agora estamos a aprovar.

Disse....

Pedro Marques



BA
M
of

4ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Maia – 30 de maio de 2021 Período da Ordem do Dia

1.3 Plano de Gestão dos Riscos da C.M. da Maia 2021

DECLARAÇÃO DA CDU

Dando cumprimento às recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção a Câmara Municipal apresenta a este órgão deliberativo o seu plano de gestão de riscos para o ano 2021.

Com o objectivo prevenir a corrupção, aumentar a transparência e melhorar a resposta dada aos cidadãos pelos diversos serviços públicos, as diversas entidades públicas encontram-se obrigadas através de uma análise qualitativa e quantitativa a identificar as áreas críticas e os riscos a elas associadas. Assim e procedendo a uma análise dos dados apresentados pela Câmara Municipal a CDU verificou as seguintes situações:

- 1) o organigrama que consta do Plano (fig.1) encontra-se desactualizado pois não integra a alteração à estrutura orgânica da C.M.da Maia aprovada na sessão de 26 de Abril deste órgão, ou seja, não menciona o Departamento Jurídico. pelo que deverá no mínimo merecer uma adenda integrando esta rectificação;
- 2) o cronograma do plano de gestão de riscos encontra-se igualmente desactualizado uma vez que segundo o mencionado e passo a citar “*decorreu seguindo a sequência do cronograma infra*” a data para a aprovação deste plano era o mês de março e nós estamos em final de maio, pelo que também deve merecer uma adenda com as respectivas alterações.
- 3) Foram identificados 233 riscos enquadrados em 3 níveis de probabilidade, sendo 20% deles considerados críticos, no entanto se observarmos o gráfico 5, verificamos que os 2 níveis de maior probabilidade representam mais de 50% dos riscos identificados.
- 4) Diminuição das medidas propostas em 2021, ou seja de 386 medidas propostas em 2020 passamos para 123 no corrente ano, no entanto o número de riscos identificados mantêm-se praticamente inalterados de 231 em 2020 passamos para 233 no corrente ano.
- 5) Utilizando os dados disponibilizados pelo sistema de avaliação SWOT, verificamos que de forma recorrente são assinalados pelas várias divisões como pontos fracos: insuficiência de recursos humanos, insuficiência de equipamentos, limitações orçamentais impostas pelo OE, falta de formação dos trabalhadores em áreas específicas, dificuldades na operacionalização de processos que contribuem para a manutenção de riscos e a sua transição de ano para ano como a fiabilidade e integridade da informação do sistema de gestão, a parcialidade no exercício de funções no que respeita à ligação a potenciais fornecedores, ausência de equipas técnicas, falta de transparência na gestão de reclamações e erros na instrução de processos para a Câmara e



Assembleia Municipal não cumprindo os requisitos legais e procedimentos exigidos.

Ora, esta situação só vem corroborar aquilo que a CDU vem alertando e reclamando, ou seja a necessidade de contratar mais recursos humanos, a sua qualificação e a sua justa remuneração. Daí a nossa discordância, mais uma vez, da opção desta gestão do município e que se encontra enunciada como oportunidade (análise SWOT): a constituição de parcerias com instituições de ensino para integrar na equipa de informática, bolsiros e estagiários que permitam aumentar os Recursos Humanos mas de forma precária.

Disse.



MA
BA
of

4.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Maia – 31 de Maio de 2021

Pto. 1.4. STCP – Nomeação do Fiscal Único

DECLARAÇÃO DA CDU

A documentação remetida a esta Assembleia para efeito da nomeação do Fiscal Único, e respectiva suplente, da STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto resume-se no essencial à proposta submetida pelo Senhor Presidente da Câmara ao Executivo e ali aprovada por unanimidade.

No entanto, é omissa em relação à metodologia seguida para selecção do indigitado e respectiva suplente e tão-pouco junta qualquer nota biográfica ou resumo das referidas pessoas.

Significa que o que nos propõem é que nos limitemos a sufragar uma escolha sem que nos tenha sido dado a conhecer as condições e as condições em que foi feita e muito menos tenhamos sido informados sobre as pessoas a quem confiaremos a nossa votação.

Disse.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,
Ex.mas Secretárias da Assembleia Municipal da Maia
Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal da Maia,
Ex.mos Srs. Vereadores aqui presentes
Caros colegas Deputados,
Exmo. Publico que nos vê nas suas casas



Acreditando que o crescimento de uma comunidade se faz de forma sustentada, o município da Maia naquela que é a sua preocupação fundamental com o bem estar dos seus concidadãos, prioritária desde sempre na sua atuação, tomou, também, como suas as questões relacionadas com a eficiência energética, a mobilidade sustentável, a economia circular, a monitorização e a comunicação, ou seja, os eixos fundamentais que nos levarão até à cidade do futuro que terá Balanço Zero de emissões de carbono, fundamental para a qualidade de vida das gerações, presentes e futuras, dos cidadãos maiatos.

O Plano de Ação para a Energia Sustentável da Maia 2030 parte de uma caracterização detalhada do ano base como diagnóstico para a ação, e de um cenário da evolução do sistema energético da Maia, e aponta medidas de redução de emissões nos vários setores de atividade. Tendo o Município da Maia assumido um compromisso de redução de emissões de 40% a 2030, as medidas consideradas neste exercício poderão permitir ir ainda além deste objetivo. Acompanhando as medidas definidas, são apontadas ferramentas para a implementação deste Plano, sendo também considerada uma contribuição do setor industrial para a meta global de redução de emissões, dada a sua preponderância no concelho da Maia.

O Plano torna claro que o grande contributo para a redução de emissões relaciona-se menos com as infraestruturas sob gestão direta das Autoridades Locais, mas com a ação dos diversos atores que desenvolvem e sua atividade no município. Neste enquadramento o Município da Maia procurará as ferramentas que possam potenciar a participação de todos os atores no sentido da obtenção do objetivo definido.

Este caminho que o Município da Maia já está a percorrer no seu território concelhio precisa do envolvimento e do compromisso de todos, de todos sem exceção, não apenas dos empresários, dos consumidores de energia e das instituições públicas, mas de toda a comunidade maiata.

A transição energética é efetivamente o caminho para nos adaptarmos a um modelo de economia baseada no consumo de energia mais limpa, renovável e conseqüentemente menos nociva para o meio ambiente e para a saúde humana. Ao baixarmos as nossas necessidades de energia, além de pouparmos recursos financeiros, pouparamos fundamentalmente recursos naturais e pouparamos o meio ambiente.

A estratégia municipal para alcançarmos o desígnio da energia sustentável plasmada neste Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) define com clareza os objetivos que se propõe alcançar no Plano de Ação para a Energia Sustentável da Cidade da Maia 2030 e a forma como poderão ser atingidos, alinhando toda a organização municipal com os propósitos do plano e sensibilizando todos os intervenientes que interagem no território. Para além do PAES, está em plena execução na comunidade concelhia o BaZe, um projeto que é um laboratório vivo para a descarbonização que tem como divisa “NET ZERO CARBONO CITY”. Foi no âmbito do BaZe que a Maia se tornou o primeiro Município português a dispor de um parque de carregamento rápido para veículos movidos a energia elétrica, o E-HUB.

Apesar dos tempos que vivemos, viver na Maia é viver num concelho com qualidade de vida, é viver num concelho onde a preocupação principal é o bem-estar das pessoas, a preocupação com as questões ambientais, em que a economia precisa de suprir as suas necessidades energéticas, mas, cuja satisfação tem impacto no meio ambiente e na qualidade de vida das comunidades, sendo necessário alavancar a mudança de mentalidades para uma adesão serena e tranquila ao modelo da economia circular e sustentável.

Está prevista a contínua monitorização e revisão, tendo em conta o caráter evolutivo de vários fatores influentes para este Plano, como sejam as soluções tecnológicas, as condições económicas e possibilidades de financiamento, bem como riscos associados a fenómenos como a recente COVID-19, permitindo o alinhamento das medidas com melhor prossecução dos objetivos definidos.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, na Maia, e com o seu executivo autárquico, há muito que nos habituámos que mais do que se prometer, mais do que agitar bandeiras cumpre-se,

faz-se, realiza-se, apresentando uma visão de sustentabilidade alargada, onde se inclui a assinalável ambição da neutralidade carbónica até 2050.

Percebendo que se trata de uma questão, felizmente consensual, mas que carece da aprovação desta assembleia municipal, a coligação Maia em Primeiro, vota favoravelmente o Plano, sustentada numa lógica de construção de um futuro de qualidade e de bem-estar que se procura assegurar para os cidadãos maiatos, com a qualidade de vida que nos habituámos a ter no nosso concelho.

DISSE

Handwritten marks or scribbles in the top left corner.

Faint, illegible text or markings in the upper middle section of the page.



4.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Maia – 31 de Maio de 2021

Pto. 1. 5. – Plano de Acção para a Energia Sustentável da Maia 2030

DECLARAÇÃO DA CDU

É inquestionável a existência de um amplo consenso – na comunidade científica, na comunidade técnica e na sociedade em geral – da urgente necessidade de reduzir o consumo de energia, diminuir a intensidade energética dos processos produtivos e da própria vida, tornar os edifícios e os processos mais eficientes, valorizar as fontes de energia renovável e substituir rapidamente as fontes de energia fóssil e poluentes a ponto de eliminar rapidamente o seu uso.

Há também um amplo e expressivo consenso de que, com o objectivo de conter o aumento do aquecimento global em 1,5 graus Celsius, é indispensável reduzir muito rapidamente as emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente o dióxido de carbono (CO₂), entre outras medidas, como a reflorestação.

Nesse sentido, as sucessivas conferências das partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas têm procurado melhorar as metas de redução dessas emissões e a União Europeia decidiu em dezembro passado diminuir as suas em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os valores de 1990, podendo vir a estabelecer patamares mais ambiciosos.

Em Portugal, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, Resolução do Conselho de Ministros de 1 de Julho de 2019, já estabeleceu o objectivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa entre 45 e 55%, também por referência a 1990.

Editado em Setembro de 2020, o Plano de Acção para a Energia Sustentável da Maia 2030, aqui em discussão, propugna uma redução de pelo menos 40% das emissões de gases com efeito de estufa face ao ano de base de 2008.

Estando já em vigor instrumentos nacionais e compromissos internacionais que estabelecem uma meta diferente, partindo de um ano de referência distinto, seria muito útil que o Plano elaborado para a Maia esclarecesse a opção proposta.

Por outro lado, quando comparado com o Plano Nacional Energia Clima 2030 (PNEC 2030), uma Resolução do Conselho de Ministros publicado em 10 de Julho de 2020, o Plano de Acção aqui em discussão afigura-se porventura desatualizado em relação às perspectivas para o “mix” da energia eléctrica a gerar em 2030, prevendo que 79,5% serão provenientes de fontes renováveis de energia.

De facto, o PNEC aponta para que, nesse ano, do total de 30,5 a 31,5 GW de potência instalada, 27,5 GW sejam de fontes de energia renováveis, o que dá cerca de 90% do total.



No essencial, o documento não suscita reservas de maior e é justo reconhecer que apresenta medidas de mitigação no horizonte de 2030 com metas ambiciosas e que é necessário concretizar.

Devemos destacar em primeira linha a revolução na mobilidade e transportes que representaria a transferência de 15% dos passageiros por quilómetros (pkm) do modo automóvel para o modo autocarro; a transferência de 25% dos pkm do automóvel para o metro; dos 35% dos pkm de automóveis a combustíveis fósseis para veículos eléctricos; e mesmo de 5% dos pkm de automóvel para modos suaves (pedestre ou bicicleta).

Ao todo, significa que a Maia poderá reduzir o uso de energia final em 370 GWh e sobretudo diminuir as emissões de gases com efeito de estufa em 107 456 toneladas de CO₂ equivalente.

Gostaríamos de insistir na necessidade da activação da linha de Leixões, da expansão da linha do Metro até à Trofa e ao Hospital de S. João, elementos fundamentais para a mobilidade do concelho e para a concretização dos objectivos propostos.

Entre as 22 medidas apresentadas, são de destacar a redução em 60% do consumo de electricidade para iluminação da via pública; noutro tanto para a semaforização; importantes as alterações nos edifícios de serviços (sistemas de aquecimento ambiente, frigoríficos/congeladores e iluminação).

É também importante a redução de 15% da utilização de energia pela indústria, o que corresponderá a uma diminuição de 22 565 toneladas de CO₂ equivalente

Já nos parece francamente pouco ambiciosa a previsão do aumento de 5% na produção local de electricidade através de fontes renováveis, especialmente com recurso à tecnologia do solar fotovoltaico. Como já aqui referimos, nomeadamente o Município possui um enorme potencial de superfícies de cobertura de edifícios susceptível de instalação de sistemas solares (térmico e fotovoltaico).

Já agora, observe-se que em relação à importante estratégia de disseminação de unidades de produção de autoconsumo (UPAC), sobretudo baseada na tecnologia solar fotovoltaica, em estabelecimentos industriais, o documento é omissivo, o que é de lamentar, atentas as muito significativas áreas cobertas e impermeabilizadas do parque industrial da Maia que permitiriam a instalação de sistemas de autoconsumo, com impactes muito significativos na sua sustentabilidade financeira, tendo em conta que a energia representa entre 12 e 25% dos custos das empresas.

Também são muito importantes, para o sector residencial, as medidas de redução em 15% das necessidades de aquecimento, a substituição de 35% dos equipamentos de águas quentes sanitárias por bombas de calor e 10% por sistemas solares térmicos; de 25% dos sistemas de aquecimento ambiente por recuperadores; de 80% dos frigoríficos por aparelhos de classe A+ ou superior; ou de 55% dos fogões por aparelhos eléctricos de indução.

O Plano estima em 805 milhões de euros o investimento necessário, sem no entanto apresentar um envelope financeiro e sobretudo identificar as origens para o seu pagamento.



Por outro lado, não contempla muitos dos investimentos que nomeadamente no sector residencial são necessários e que, no grosso do edificado, constituem o elemento mais preponderante na diminuição do recurso a tecnologias de aquecimento activo.

Estes terão de passar necessariamente por políticas públicas de incentivo a medidas de eficiência energética nos edifícios, substituição de equipamentos, instalação de unidades de produção de autoconsumo, etc.

Mas é necessário garantir mecanismos para que os investimentos em prédios de rendimento não se repercutam nos valores das rendas, sobrecarregando os inquilinos, e para que a aquisição de habitação não se veja especialmente onerada. Um Plano de Energia justo deve assegurar a democratização do acesso a uma habitação energeticamente sustentável e confortável.

Do mesmo modo, ganhos de eficiência dos processos e o aumento da produtividade resultantes dos investimentos na eficiência energética e na produção de energia para autoconsumo realizado pelas empresas, terão de repercutir-se nos salários e nas condições dos trabalhadores.

Disse.



Bloco de Esquerda

Plano de Ação para a Energia Sustentável da Maia 2030
Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas**Pontos 1.5 e 1.6 da O.T.**

Nas últimas Sessões de 2020 desta Assembleia os documentos, agora apresentados para deliberação, constavam das Ordens de Trabalhos como sendo para conhecimento. Os dois pontos acabaram por ficar sem qualquer discussão. Já em reunião de líderes se tinha questionado se estas matérias não deveriam ser submetidas a deliberação.

Passados cinco meses sobre aquelas datas, os documentos voltam aqui para serem sujeitos a deliberação. Ainda bem. Porém, melhor seria que tivessem sido objeto de uma sessão extraordinária exclusivamente dedicadas à Energia Sustentável e às Alterações Climáticas. Muito melhor ainda se os documentos tivessem sido alvo de uma ampla discussão aberta a todos os grupos municipais. Já em dezembro último nos referimos ao Estatuto da Oposição. Dissemos então que os “...titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade ...” e que as “... informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição ...”.

Alguém nesta Assembleia tem dúvidas sobre o interesse público e universal, independentemente da coloração política-ideológica, das matérias relacionadas com o Ambiente? A discussão ampla sobre este tema poderia permitir que subissem à deliberação documentos que traduziriam um consenso nem que fosse mitigado. A Mãe Terra é de todos e todos somos obrigados a protegê-la das agressões que tem sofrido, sob pena de os nossos filhos, netos, bisnetos e outras gerações futuras não poderem desfrutar do bem-estar ambiental atual, apesar de tudo. Será que a Sustentabilidade Ambiental e a Emergência Climática não merecem a dignidade da existência nesta Assembleia de uma Comissão de Acompanhamento com um âmbito de atuação alargado que interviria nos processos e ações, quanto mais não fosse no âmbito da apreciação crítica dos programas e suas realizações? Esperemos que no futuro tal se venha a concretizar.

Face ao exposto, o BE abster-se-á.

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



4.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Maia – 31 de Maio de 2021

Pto. 1. 6. – Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

DECLARAÇÃO DA CDU

Vários pressupostos fundamentais balizam a análise do fenómeno das alterações climáticas que afecta todo o Planeta, com consequências cada vez mais dramáticas – já hoje! – para muitos milhões de seres humanos, sobretudo os que habitam nas regiões e nos países pobres, mas também em muitas zonas de países desenvolvidos e ricos.

Os pobres são as primeiras e mais sofridas das vítimas dos fenómenos meteorológicos extremos claramente associados à mudança climática – do aumento do número e da intensidade de furações às secas severas e prolongadas; de episódios cada vez mais frequentes de precipitação intensa ao maior número e duração de ondas de calor; de inundações e cheias mais repetidas e mortíferas aos incêndios florestais cada vez mais extensos e mais destrutivos; passando pela gritante vulnerabilidade das populações expostas à subida do nível do mar ou ao avanço da erosão dos solos e da desertificação galopante de extensas áreas.

O problema das alterações climáticas põe em evidência o modo de produção capitalista e rapace que, desde o início da Revolução Industrial, deu largas a seu afã predador dos recursos na ânsia do lucro e ainda hoje, apesar das lições e da evidência científica dos seus erros, continua a resistir à exigência de uma sustentabilidade que reponha a paz entre o Homem e a Natureza e cada vez encontra mais formas de intensificar a exploração dos seus recursos.

Com razão a juventude do meu partido a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) concebeu um *slogan* muito expressivo – O Capitalismo não é verde! – que nos põe de sobreaviso para as suas artimanhas e também para as cumplicidades dos poderes, responsáveis por entraves a avanços imprescindíveis.

É neste quadro que os governos e as autoridades locais se encontram na emergência de adoptar medidas de mitigação e de adaptação, tendo cada vez mais claras as vulnerabilidades dos territórios sob sua jurisdição.

No essencial, o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas identifica bem essas vulnerabilidades, os fenómenos meteorológicos (precipitação, calor, etc.), os impactes (inundações, danos em infra-estruturas, perda de culturas, incêndios, etc.) e as consequências, assim como projecta as vulnerabilidades e riscos climáticos futuros também no seu território.

É o caso da diminuição da precipitação média anual, o que não quer dizer que não correm fenómenos extremos de precipitação, aumento do número de dias com temperaturas altas e noites tropicais, alterações nos regimes de ventos.

O Plano de Acção para a Adaptação, composto por mais de seis dezenas de medidas a desenvolver pelo Município e outras entidades, abrange inúmeras áreas e opções estratégicas



que vão da informação e sensibilização a acções concretas, relacionadas com os problemas de cheias e inundações, erosão hídrica, galerias ripícolas e floresta.

A propósito das cheias e inundações, gostaríamos de voltar a chamar a atenção para a necessidade de recuar a construção em leitos de cheia e a impermeabilização do solo, bem como intervenções urgentes em passagens hidráulicas, indo de resto ao encontro de medidas aqui apontadas, como a garantia das condições de escoamento em linhas de água e sistemas de drenagem de águas pluviais.

É bom que estas questões e medidas constem do Plano de Adaptação, mas não podemos ignorar que questões como a actualização das delimitações de leitos de cheia e a conservação e a reabilitação de pontes e açudes não têm merecido atenção prática, nem sequer no plano de actividades da Câmara.

A CDU também tem insistido na questão das perdas de água e na necessidade de um uso mais eficiente deste recurso, que o plano aborda com medidas específicas, mas que é necessário garantir que serão levadas à prática. Como temos criticado nesta Assembleia, estamos longe de cumprir objectivos ambientalmente adequados.

A CDU é igualmente sensível às medidas que visam o objectivo de aumentar a “terra trabalhada”. De facto, a agricultura familiar, como o PCP tem defendido, mas que as políticas públicas – e especialmente a Política Agrícola Comum e a sua extensão prática em Portugal contrariam – é um eixo essencial valorização dos territórios, de garantia da segurança e soberania alimentar e de prestação de serviços ambientais (biodiversidade, ciclo da água, ciclo do carbono, paisagem, etc.), ao contrário dos grandes desígnios da PAC, que privilegia a grande agricultura de produção intensiva, que mais água consome e mais desgasta os solos.

Finalmente, uma nota sobre as expectativas de financiamento – aliás não quantificado, nem sequer com estimativas – através de fundos comunitários, sem referir ainda a célebre e milagrosa “bazuca” do Plano de Recuperação e Resiliência:

A gravidade da situação presente e as perspectivas, cada vez mais confirmadas, de agravamento pelo menos até ao final do século não se compadece da reduzida capacidade de executar medidas.

É fácil colocá-las no papel; o desafio consiste em levá-las à prática, antes que seja demasiado tarde.

Disse.



Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia e demais elementos da mesa,

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia e demais membros do executivo presentes,

Ex.mas Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Caros Maiatos,

O Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Município da Maia (PMAAC-Maia), apresentado hoje a esta Assembleia Municipal, surge na sequência da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Maia (EMAAC-Maia), realizada em 2019, no âmbito do projeto Metroclima.

O Município, através da Câmara Municipal, assumiu a necessidade de elaborar este documento, que vem dar resposta a um problema global, com origem natural e antrópica, mas que precisa de uma ação local, concreta e concertada.

Assim, procura-se, no território concelhio, uma resposta coerente às problemáticas relacionadas com as alterações climáticas, através de ações de gestão preventiva e adaptativa.

As alterações climáticas representam, pela imprevisibilidade associada e pela elevada influência antrópica, numa dinâmica que, há uns séculos, era, essencialmente, natural, um dos maiores desafios que as comunidades humanas enfrentam e enfrentarão, nas próximas décadas.

O território maiato não é alheio aos riscos, vulnerabilidades e às respetivas consequências das alterações climáticas (ou somente da dinâmica natural do clima), identificadas no plano, entre as quais se destacam a possibilidade de diminuição da precipitação média anual, o aumento das temperaturas médias

anuais, a diminuição do número de dias de geada, o aumento dos fenómenos extremos de precipitação, os ventos fortes e a ocorrência de tempestades e tornados.

Para fazer face a estes desafios, está estruturado um plano de ação composto por 62 medidas de adaptação, a desenvolver pelo Município e por outras entidades parceiras, a realizar a curto (2020-2022), médio (2023-2024) e longo prazo (2025-2030), num horizonte de 10 anos.

O Plano contempla, ainda, uma perspetiva sobre a integração da adaptação às alterações climáticas nas políticas setoriais locais e analisa o potencial para a implementação e financiamento das medidas descritas, evidenciando a necessidade de um modelo de governança participativo, aliado a um exequível modelo de monitorização e de comunicação, que também é sugerido.

Depois de analisar o documento, a coligação “Maia em Primeiro” não pode deixar de saudar da Câmara Municipal da Maia pela iniciativa de realização deste plano, congratulando os técnicos municipais envolvidos na sua elaboração, bem como a Agência de Energia do Porto, entidade responsável pela produção do documento.

Temos, agora, uma estratégia, que aumenta o grau de compromisso do Município, com o futuro próximo, com as gerações presentes e futuras e com o planeta. Um compromisso que aumenta a exigência e que responsabiliza toda a comunidade, tendo em vista a sua execução, até 2030.

Muito obrigado pela atenção.

Maia, 31 de maio de 2021.

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira

Assembleia Municipal da Maia

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Maia

O turismo é uma das indústrias que mais crescem no mundo e uma importante fonte de rendimento para muitos países, incluindo Portugal. Esta atividade, além de contribuir para o PIB, ajuda, também, na revitalização das economias locais.

Contudo, o turismo pode ter impactos negativos, entre eles, o deslocamento social, a perda de património cultural, a dependência económica e a degradação ecológica, que devem, desde logo, ser acautelados.

Na análise do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Maia, verifico que não existe uma única referência ao Ecoturismo, ou Turismo Sustentável, embora esteja subjacente em algumas propostas apresentadas. Este segmento, em franca expansão, é orientado para a preservação da natureza.

A Maia tem características próprias, nas quais destaco a ruralidade e o património natural, que podem cativar turistas que pretendam experienciar genuínas vivências. Porém, muito falta fazer... Desde a proteção das áreas florestais, do rio Leça e seus moinhos, até à motivação da comunidade para “abraçar” o turismo numa perspetiva sustentável, não sendo, por exemplo, conhecido, na Maia, alojamento rural para albergar estes visitantes.

Como ponto fraco da análise SWOT, considero que as características dos alojamentos turísticos da Maia são, claramente, dirigidas para o turismo empresarial, e/ou de passagem. Ainda a título de exemplo, das treze unidades de alojamento turístico que existem no nosso concelho (dados Pordata 2019), só duas possuem piscinas, só uma possibilita o aluguer de bicicletas e nenhuma oferece a prática de exercício físico no interior, comodidades essas passíveis de fidelizar a permanência dos potenciais visitantes (fonte Tripadvisor).

Lamentavelmente, revejo o contínuo recurso aos animais para atividades de lazer. Das cinco propostas fundamentais, inscritas neste Plano, duas, ou seja 40%, usam animais para entretenimento, nomeadamente: o Zoo e o Hipódromo da Maia (propostas de dinamização, promoção e comercialização). Verifico, também, que os passeios a cavalo e de charrete são propostos como experiências.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, como substituição da exploração animal, termino com uma sugestão: passeios de tuk tuk eléctricos, uma experiência que não deixa dejetos nos espaços públicos.

Maia, 31 de Maio de 2021

Maria Clara Costa Lemos

Deputada Independente